

Segurança alimentar

Política de Estado

Márcio Antônio Portocarrero *
Adilson Reinaldo Kososki **

MUITO se tem falado e publicado sobre a qualidade e inocuidade dos alimentos. A questão do alimento seguro tornou-se um estigma e a palavra-chave para o produtor manter-se nos mercados e abrir novas janelas de oportunidades.

A II Conferência Internacional sobre Rastreabilidade de Produtos Agropecuários, organizada e realizada em abril passado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, trouxe à tona conhecimentos que enriquecem e validam os programas e sistemas realizados no Brasil nessa área e a discussão de instrumentos de grande importância para fazer frente às exigências dos mercados externos. O tema central do evento foi "Alimento Seguro e Sustentabilidade": Medidas de Aferição da Conformidade em Processos Agropecuários.

O cenário mercadológico sinaliza um movimento de consumidores à procura de alimentos saudáveis e livres de resíduos de agroquímicos prejudiciais à saúde. Cadeias de distribuidores, principalmente europeus, exigem que os exportadores levem em consideração o nível de resíduos de agrotóxicos, o respeito ao meio ambiente, à rastreabilidade e às condições de trabalho, higiene e saúde dos trabalhadores envolvidos na produção de alimentos.

Como há uma imposição regulatória, é preciso estabelecer políticas próprias para a organização dos programas existentes no agronegócio brasileiro, como por exemplo:

- Normativo da CEE 178/2002, em seu artigo nº 18, em vigor a partir de janeiro de 2005;
- Lei do Bioterrorismo, de 2002.

Ambos estabelecem que a rastreabilidade deve ser assegurada em todas as fases da produção, transformação e distribuição dos gêneros alimentícios, não só do produto final como também dos insumos utilizados em cada fase desse processo.

O que é rastreabilidade ?

É um sistema de identificação que permite resgatar a origem e a história do produto e todas as etapas do processo produtivo adotado, vai da produção ao consumidor.

Garantia de negócios

Em 2005, na pesquisa de opinião com consumidores do mercado japonês, 92,4% dos consultados consideraram imprescindível a rastreabilidade dos alimentos adquiridos para consumo. Mas as exigências aumentam na definição dos contratos de importação de alimentos, com a comprovação de gestão sócio-ambiental, bem-estar animal e outras práticas afins, como garantia de negócio sustentável.

Na condição de um dos principais produtores e exportadores mundiais de alimentos, o Brasil deve prestar muita atenção na produção de alimento seguro, devidamente adequado aos padrões internacionais.

Muitos obstáculos ligados a certificados, protocolos de exportação, às análises fitossanitárias, pragas, doenças e até às decisões diplomáticas barram a entrada dos produtos brasileiros em alguns países. No modelo de gestão dos produtos exportados, estratégias para agregar valor são prioritárias, mesmo nos casos de ocorrência de diminuição dos volumes de exportação.

Direitos e deveres

Embora o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990), especifique, com muita propriedade, os direitos do consumidor à vida, à saúde e à segurança contra riscos provocados por produtos e serviços, a qualidade dos alimentos exigida pelos países importadores não chegou à mesa do consumidor brasileiro.

Programas Institucionais



Um alimento não é só sabor, aroma, cor, conformação e outras características inerentes, mas também não pode causar danos à saúde. Informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/MS e do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC – alertam a população a respeito do uso de produtos proibidos utilizados na produção de alimentos. A garantia da qualidade e da aquisição de um alimento seguro são direitos do consumidor e um dever a ser cumprido em toda a cadeia produtiva.

O MAPA, ao traçar as suas políticas e a sua própria missão, levou em conta a promoção do desenvolvimento sustentável do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, com a implantação da Rastreabilidade Bovina, Produção Integrada de Frutas, Programa de Alimentos Seguros-PAS, Pró-Orgânico, entre outros.

Frutas saudáveis

A Produção Integrada de Frutas apresenta indicadores de racionalização de uso de agrotóxico na manga e na uva de mesa, no Vale do São Francisco (PE e BA), que atinge até 100,0%, no caso de herbicidas e acaricidas, e de 42,0% a 89,0%, no uso de inseticidas e fungicidas. A simples adoção das Boas Práticas Agropecuárias (BPA) torna-se apenas a etapa inicial da moder-

nização da produção rumo à estruturação e à consolidação de uma política alimentar em nosso País. Agora, o MAPA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, em parceria com as instituições públicas e o setor produtivo, promove articulações para integração dos programas institucionais existentes no MAPA, na Embrapa, no Inmetro, na Anvisa, no Senai e em outras entidades afins, como: Produção Integrada de Frutas – PIF, Programa Alimento Seguro-PAS, Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, Produtos Orgânicos, Indicações Geográficas – IG, Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI, Rastreabilidade – SISBOV, Certificação e Índices e Indicadores de Sustentabilidade.

Com objetivos semelhantes, essas iniciativas precisam convergir sob a égide de preceitos e orientações de uma mesma Política Agroalimentar. Isso permitirá a organização dos aparatos institucionais de apoio às cadeias produtivas e, principalmente, a busca da obtenção de alimentos seguros, homogeneização de procedimentos e estimulação a adoção da rastreabilidade.

Agregar valor

O resultado será um crescimento maior da competitividade do agronegócio brasileiro nos mercados, com medidas mais voltadas à agregação de valor aos produtos comercializados com um modelo de gestão, produção de qualidade, sustentabilidade, monitoramento dos procedimentos, boas práticas agropecuárias e rastreabilidade de todas as etapas, desde a

aquisição de insumos até a oferta do produto ao consumidor final.

A idéia é estimular a sociedade brasileira a adotar uma “Política de Estado” voltada à segurança do alimento com sustentabilidade, tendo em vista as exigências cada vez maiores dos mercados e o esforço de abrigar os instrumentos institucionais já existentes sob uma mesma orientação e coordenação.

Nos encontros realizados para discutir o tema “Alimento Seguro – uma Política de Governo” sob a coordenação da SDC ficou definida a formação de parcerias públicas e privadas, com o objetivo de:

- i) Institucionalizar um Fórum Permanente de Discussões;
- ii) Formar uma Comissão Nacional Pública e Privada Assessora para discussão, estruturação e elaboração de proposta de um documento de Política de Alimentos Seguros a ser apresentada junto à Presidência da República;
- iii) Montar um Plano de Campanha Publicitária com a divulgação dos Programas/Sistemas institucionais, tendo como tema central à obtenção de “Alimentos Seguros”.

Por fim, a Comissão Nacional Público/Privada Assessora, em formação, vai sugerir estratégias de implantação dos instrumentos de política e estimular qualquer iniciativa que tiver por objeto a produção de alimentos seguros, produzidos por meio de sistemas produtivos sustentáveis.

O importante é uma formatação que dê sentido e lógica à estruturação de uma Política Agroalimentar, com a adoção de campanhas de esclarecimento, promoção e divulgação das vantagens de se consumir um alimento seguro, a criação de demandas nos mercados e convencimento dos produtores para adoção voluntária dos programas e dos sistemas. A perspectiva futura é de que o setor consolide-se com a implementação desta política agroalimentar e de seus programas operacionais. ■

*Engenheiro agrônomo Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo-SDC/MAPA.

**Engenheiro agrônomo Assessor da SDC/MAPA.